



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO DA MAGISTRATURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PROJUDI 0013400-75.2024.8.16.7000 (SEI Nº 0103268-57.2024.8.16.6000), DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

PROPONENTE: JUIZ DIRETOR DO FÓRUM DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

INTERESSADA: MARIZA PETERLINI

RELATOR: Desembargador ROBERTO MASSARO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE AGENTE INTERINA – 2º TABELIONATO DE NOTAS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA – VACÂNCIA DO SERVIÇO EM RAZÃO DE RENÚNCIA DO AGENTE DELEGADO – TRANSCURSO DE PRAZO SUPERIOR A SEIS MESES DE INTERINIDADE DE ESCRIVENTE SUBSTITUTO – NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR AGENTE INTERINO CONCURSADO CONFORME ACÓRDÃO PROFERIDO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.183 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – DESIGNAÇÃO DE AGENTE DELEGADA DO SERVIÇO DISTRITAL DE PAIQUERÊ DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA PARA RESPONDER PROVISÓRIA E TEMPORARIAMENTE PELO SERVIÇO – POSSIBILIDADE – DELEGATÁRIA DO MESMO MUNICÍPIO COM ATRIBUIÇÕES SIMILARES À DO SERVIÇO VAGO – ATENDIMENTO DOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NA LEI FEDERAL Nº 8.935/1994, NO CÓDIGO NACIONAL DE NORMAS (CNJ) E NO CÓDIGO DE NORMAS DO FORO EXTRAJUDICIAL.

PORTARIA REFERENDADA



VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Procedimento Administrativo Projudi 0013400-75.2024.8.16.7000 (SEI nº 0103268-57.2024.8.16.6000), do FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, em que figura como **proponente** o DR. JUIZ DIRETOR DO FÓRUM DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA e como **interessada** MARIZA PETERLINI.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo destinado à análise e eventual referendo da **Portaria n. 111/2024** (SEI - Id. 10725550) expedida pelo Juiz Diretor do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Dr. Marcos José Vieira, que designou a **agente delegada do Serviço Distrital de Paiquerê do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina**, Sra. Mariza Peterlini, para responder, em caráter provisório, pelo **2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina**, até o provimento da unidade.

Foram prestadas informações pela Divisão de Informações do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça (Id. 10758158), com a juntada dos seguintes documentos: ‘Declaração de Vínculo Familiar’ (Id. 10725558); Declaração para fins de cumprimento do Provimento n. 149/2023/CNJ (Id. 10725566); Decreto Judiciário n. 349/2023 (Id. 10758372); Fichas cadastrais e histórico funcional (Id. 10762767, 10762793, 10778176).

É o relatório.

II – VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, **conheço do procedimento administrativo**, na forma do disposto no artigo 98, inciso XV, do Regimento Interno deste Tribunal, que atribui ao Conselho da Magistratura “(...) *função regulamentadora e disciplinar e tem o Órgão Especial como superior, competindo-lhe: (...) XV - referendar, ou alterar, por proposta do Corregedor-Geral da Justiça, a designação de substituto aos servidores do foro judicial e agentes delegados do foro extrajudicial, em caso de vacância (...)*”.

Na situação em apreço, depreende-se que por meio da Portaria n. 111/2024, o MM. Juiz Diretor do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina designou a **agente delegada do Serviço Distrital de Paiquerê do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Mariza Peterlini**, para responder, em caráter provisório, pelo **2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina**, a partir de 15 de julho de 2024, até o efetivo provimento da vaga (Id. 10725550).

Conforme se verifica do Decreto Judiciário n. 349/2023, foi declarada a vacância do 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, com efeitos a partir de 26 de maio de 2023, em razão da renúncia do agente delegado Marcelo Gonçalves Tiziani (Id. 10758372).

Nos termos do artigo 39, § 2º, da Lei 8.935/1994, que regulamenta o artigo 236 da Constituição da República, “*extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, designará o substituto mais antigo a responder pelo expediente e abrirá concurso*” (grifos acrescidos).



Na época da vacância do serviço, por meio da Portaria n. 149/2023 da Direção do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, o escrevente substituto legal, Sr. Paulo Roberto Camargo de Lima, foi designado como agente interino do 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, designação que está sendo analisada pelo Conselho da Magistratura no Procedimento Administrativo PROJUDI n. 0010672-61.2024.8.16.7000 (SEI n. 0021860-78.2023.8.16.6000).

Ocorre que, nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.183, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a interpretação do artigo 20 da Lei n. 8.935/1994 que permita, em casos de vacância, a substituição ininterrupta por prepostos indicados pelo titular do serviço ou pelos Tribunais de Justiça por período superior a seis meses, hipóteses nas quais a substituição deverá ser exercida por outro notário ou registrador.

Por sua vez, no Acórdão proferido nos Embargos de Declaração da ADI n. 1.183, o relator esclareceu que a vedação de designação de escreventes não concursados como interinos é para períodos que ultrapassem os seis meses.

Com o objetivo de dar cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça expediu a Decisão 10305786 no expediente SEI 0024274-15.2024.8.16.6000, identificando os serviços extrajudiciais que tinham como agentes interinos escreventes substitutos, por períodos superior a seis meses, e determinando aos Juízes Corregedores do Foro Extrajudicial dessas Comarcas que realizassem a consulta prevista no § 1º do artigo 86-E do Código de Normas do Foro Extrajudicial e aos Juízes Diretores dos Fóruns a expedição de novas portarias de designação de agentes delegados como interinos dos serviços vagos.

Em relação ao 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial de Londrina instaurou junto ao PROJUDI os autos de Pedido de Providências n. 0028936-35.2024.8.16.0014 e o Juiz Diretor do Fórum local despachou junto ao expediente SEI n. 0056856-05.2023.8.16.6000 para as medidas necessárias.

Sobre a designação de outro Agente Delegado para responder pela serventia vaga, o Provimento 149/2023, que instituiu o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, com a redação dada pelo Provimento n. 176/2024, assim estabelece:

Art. 69. Ultrapassado o prazo máximo de 6 (seis) meses, havendo falta de interesse, renúncia à designação do substituto mais antigo ou não atendendo este aos requisitos previstos neste Capítulo, **a autoridade competente designará interinamente, como responsável pelo expediente, delegatário titular de outra serventia do mesmo município ou, não sendo possível, de município contíguo, desde que, em ambos os casos, detenha pelo menos uma das especialidades do serviço vago.**

§ 1º Havendo concorrência entre delegatários do mesmo município, será designado aquele com o maior número de especialidades do serviço vago e, mantida a concorrência, o mais antigo em atividade no município.

§ 2º Havendo concorrência entre delegatários de municípios contíguos, será designado o titular de cartório de menor distância da serventia vaga.

§ 3º Nos municípios contíguos em que o deslocamento se dê exclusivamente através de embarcações, para a designação do interino,



deverá ser observado o menor tempo de deslocamento entre o terminal hidroviário do local da serventia vaga e aquele da serventia do delegatário titular.

§ 4º O processo seletivo de que trata este artigo deverá ser deflagrado em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo de 6 (seis) meses previsto no caput. (grifado)

Seguindo a mesma linha, o Código de Normas do Foro Extrajudicial regulamenta a designação de outro agente delegado à serventia vaga nos seguintes termos:

Art. 86-E. Não havendo substituto que atenda aos requisitos do art. 86-C, parágrafo único, e do art. 86-D, o Juiz Diretor do Fórum designará, interinamente, como responsável pelo expediente, delegatário em exercício no mesmo município ou no município contíguo, que detenha uma das atribuições do serviço vago.

§ 1º A designação de delegatário, nos termos deste artigo, será precedida de consulta a todos os agentes delegados em exercício, no mesmo município ou no município contíguo, que detenham uma das atribuições do serviço vago.

§ 2º Havendo mais de um agente delegado interessado na designação, que atenda aos requisitos do caput deste artigo, dar-se-á preferência ao agente delegado do mesmo município da serventia vaga. Existindo mais de um delegatário interessado, no mesmo município, o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial fará a indicação de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, decidindo motivadamente. (Grifos acrescentados)

Verifica-se do Pedido de Providências nº 0028936-35.2024.8.16.0014 que o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial de Londrina procedeu a consulta aos delegatários locais e dos municípios contíguos acerca do interesse na interinidade do 2º Tabelionato de Notas de Londrina, manifestando-se positivamente os agentes delegados do 1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e 6º Tabelionato de Notas de Londrina, Serviço Distrital de Paiquerê da Comarca de Londrina, 3º Tabelionato de Notas de Londrina, Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Sertãoópolis, Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil as Pessoas Jurídicas da Comarca de Primeiro de Maio, 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Rolândia e Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Nos termos do artigo 86-E, § 2º do Código de Normas do Foro Extrajudicial, havendo mais de um delegatário interessado na designação, caberá ao Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial local decidir motivadamente pela indicação.

Conforme a Decisão de mov. 63.1 dos autos 0028936-35.2024.8.16.0014 (Id. 10615669 do SEI 0056856-05.2023.8.16.6000), o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial de Londrina assim fundamentou sua indicação:

“1. Cuida-se de Pedido de Providências visando cumprimento da ADI 1183 /DF.1.



Em seq. 40.1 foi determinada a intimação dos Agentes Delegados titulares da Comarca e Comarcas contíguas, conforme indicado no § 1º, do art. 86-E, do CNFE, para que manifestem seu interesse na assunção das Serventias cuja portaria de designação de escrevente substituto como interino já tenha ultrapassado 6 (seis) meses ou esteja próxima de completar referido período.

Realizadas as intimações em seqs. 42/60 foi expedida certidão em seq. 61.1 com a síntese da manifestação dos interessados.

Pois bem.

2. Em análise conjunta dos arts. 66 e ss. do Código Nacional de Normas²

(Provimento nº 149/2023-CNJ), art. 86-C e 86-E do CNFE e da ADI 1183/DF, os critérios para nomeação se dariam na seguinte ordem: a) preferencialmente titulares da Comarca que tenham mesma atividade da serventia vaga; b) titulares de Comarcas Contíguas que tenham mesma atividade da serventia vaga; c) dentre esses, aquele que tiver mais antiguidade na função da Serventia a ser preenchida interinamente; d) não havendo interessado que preencha os requisitos anteriores, substituto de outra serventia bacharel em direito com no mínimo dez anos de exercício em serviço notarial ou registral.

Da certidão de seq. 61, verifica-se o seguinte panorama:

(...)

IV) 2º Tabelionato de Notas, interessados:

- Eliane Gomes Correa Negrão (seq. 42) - Agente Delegada do 1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e 6º Tabelionato de Notas da Comarca de Londrina;

-Mariza Peterlini (seq. 45.1) - Agente Delegada do Distrito de Paiquerê, Comarca de Londrina;

-Tiago Vila Guimarães (seq. 54.1) - Agente Delegado do 3º Tabelionato de Notas – Comarca de Londrina;

-Lincoln Pinto Camargo (seq. 44.1) - Agente Delegado do Tabelionato de Notas e Tabelionato de Protesto de Títulos da Comarca de Sertanópolis;

-Vanessa de Vasconcellos Lemgruber França (seq. 46.1) - Agente Delegada do Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil as Pessoas Jurídicas da Comarca de Primeiro de Maio;

-Edson Ribeiro (seq. 50.1) - Agente Delegado do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Rolândia;

-Rodrigo Ichikawa Claro Silva (seq. 57.1) - Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Primeiro de Maio.

Em que pese as manifestações do atual Ag. Interino (seq. 13.2), não preenche os requisitos elencados supra.



Os interessados Vanessa e Rodrigo não atendem os critérios supra, pois suas funções delegadas são registrais, ao passo que a Serventia vaga é de função notarial; já quanto aos interessados Edson e Lincoln, este não têm preferência, em razão da manifestação de interesse dos agentes delegados da Comarca, Eliane, Mariza e Tiago.

(...)

4. Posto isso, alicerçado nas considerações supra, **remeta-se** o feito ao d. Juiz Diretor do Fórum para fins de designação, nos termos do art. 86-E do CNFE.”.

Por sua vez, o Juiz Diretor do Fórum de Londrina proferiu a Decisão 10637472 no expediente SEI 0056856-05.2023.8.16.6000, com a seguinte motivação:

“(…) 1. Cumpre definir os critérios que serão empregados para as designações.

Na decisão proferida nos autos do Projudi n. 28936-35.2024.8.16.0014, o Juízo Corregedor do Foro Extrajudicial assim resumiu os parâmetros que devem guiar as designações, à luz dos atos normativos e do acórdão do Supremo Tribunal que julgou a ADI n. 1183: “*Em análise conjunta dos arts. 66 e ss. do Código Nacional de Normas (Provimento nº 149/2023-CNJ), art. 86-C e 86-E do CNFE e da ADI 1183/DF, os critérios para nomeação se dariam na seguinte ordem: a) preferencialmente titulares da Comarca que tenham mesma atividade da serventia vaga; b) titulares de Comarcas Contíguas que tenham mesma atividade da serventia vaga; c) dentre esses, aquele que tiver mais antiguidade na função da Serventia a ser preenchida interinamente; d) não havendo interessado que preencha os requisitos anteriores, substituto de outra serventia bacharel em direito com no mínimo dez anos de exercício em serviço notarial ou registral*” (evento 10615669, item 2).

A esses critérios nos ateremos, com uma ressalva: a identidade entre as atividades do delegatário e as atribuições da serventia vaga há de ser compreendida à luz do art. 86-E do CNFE, que dispõe:

*“Art. 86-E. Não havendo substituto que atenda aos requisitos do art. 86-C, parágrafo único, e do art. 86-D, o Juiz Diretor do Fórum designará, interinamente, como responsável pelo expediente, delegatário em exercício no mesmo município ou no município contíguo, que detenha **uma das atribuições** do serviço vago.*

*§ 1º A designação de delegatário, nos termos deste artigo, será precedida de consulta a todos os agentes delegados em exercício, no mesmo município ou no município contíguo, que detenham **uma das atribuições** do serviço vago” (grifei).*

Compreende-se da leitura do trecho grifado, pois, que o fato de o delegatário interessado na designação não exercer todas as atividades da serventia vaga não lhe retira a preferência estabelecida na norma: se dentre as atribuições de sua delegação ao menos uma delas for coincidente, tanto bastará para habilitá-lo a ser designado.



Uma última – e não menos importante – questão se coloca: seria legítimo adotar o critério da antiguidade como forma de escolha do designado, quando dois ou mais delegatários interessados estiverem em situação jurídica equivalente? A indagação é pertinente porque os atos que normatizam a matéria não se referem *expressis verbis* a esse critério. Assim é que o § 2º do art. 86-E do CNFE preceitua que, havendo multiplicidade de interessados sediados no mesmo município, “o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial fará a indicação de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, decidindo motivadamente”. Do mesmo modo, em vão se buscará alguma alusão à antiguidade no Provimento n. 149/2023-CNJ e no acórdão do STF que julgou a ADI n. 1183.

No entanto, creio que a antiguidade é critério válido e justo para a resolução das disputas.

Note-se que, embora se referindo à escolha do substituto (havendo mais de um) da própria serventia cuja delegação tenha sido extinta, o § 2º do art. 39 da Lei n. 8.935/1994 de forma clara privilegiou a antiguidade. Eis o que prevê a regra: “§ 2º Extinta a delegação a notário ou a oficial de registro, a autoridade competente declarará vago o respectivo serviço, **designará o substituto mais antigo para responder pelo expediente e abrirá concurso**”. É de todo aconselhável adotar esse parâmetro por aplicação analógica do dispositivo ao presente caso (LINDB, art. 4º).

Ajunte-se que o critério da antiguidade é o que melhor concretiza os princípios constitucionais da eficiência, da transparência e da impessoalidade, que indiscutivelmente presidem os serviços delegados pelo Estado. Com efeito, para além da objetivação do parâmetro de designação do delegatário – afastando-se, portanto, subjetivismos de difícil sindicabilidade –, a antiguidade na atividade notarial e de registro evidencia a maior experiência do agente; e, em se tratando de interessados que participaram do mesmo concurso público, a escolha do mais antigo vem a coroar o mérito daquele que, obtendo melhor classificação no certame, teve a outorga de sua delegação precedida em relação aos candidatos pior classificados.

Tudo somado, e em que pese o silêncio do CNFE, a antiguidade é critério não só idôneo como necessário para a escolha dos delegatários que responderão pelas serventias vagas.

Feita essa introdução, vejamos agora as serventias vagas ocupadas interinamente por substitutos há mais de seis meses, e os delegatários que manifestaram interesse assumi-las. Ter-se-á por referência os nomes dos concorrentes admitidos pelo Juízo Corregedor do Foro Extrajudicial na decisão do evento 10615669.

(...)

5. 2º Tabelionato de Notas de Londrina

Designo para geri-lo interinamente a Senhora Mariza Peterlini, Agente Delegada do Distrito de Paiquerê. Tem ele preferência em relação a todos os demais concorrentes, considerada a antiguidade da sua delegação: a outorga desta se deu 13/6/1984. (...)”.



As razões adotadas pelos Magistrados estão em consonância com o entendimento do Conselho Nacional de Justiça, no sentido de que a designação de agentes interinos deve primeiro ocorrer em agentes delegados do mesmo município e, no caso de impossibilidade, em delegatários de municípios contíguos.

Da mesma forma, os três delegatários do município de Londrina que manifestaram interesse na designação (1º Serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e 6º Tabelionato de Notas de Londrina, Serviço Distrital de Paiquerê da Comarca de Londrina e 3º Tabelionato de Notas de Londrina) possuem ao menos uma das atribuições do serviço vago, pelo que o critério de especialidade igualmente foi atendido.

Mantendo-se a possibilidade de designação entre qualquer dos interessados, o Juiz Corregedor do Foro Extrajudicial e o Juiz Diretor do Fórum de Londrina consideraram a antiguidade como elemento de escolha, dentro dos critérios de conveniência e oportunidade, conforme seus conhecimentos do funcionamento dos serviços extrajudiciais da Comarca.

Não obstante o recente Provimento n. 176/2024 do Conselho Nacional de Justiça tenha introduzido novas determinações sobre a designação de agentes interinos, seu artigo 2º ressalva a validade dos atos anteriormente praticados, como é o caso presente, cuja portaria de designação foi expedida em 12 de julho de 2024, anterior, portanto, à publicação do provimento em 25 de julho de 2024.

Entretanto, o critério de antiguidade, utilizado na designação, é previsto na atual redação do artigo 69, § 1º do Provimento n. 149/2023: “ § 1º *Havendo concorrência entre delegatários do mesmo município, será designado aquele com o maior número de especialidades do serviço vago e, mantida a concorrência, o mais antigo em atividade no município.*”. Dessa forma, não se constata irregularidade nos critérios utilizados pelos Magistrados em suas decisões.

Das informações prestadas no expediente SEI 0103268-57.2024.8.16.6000 depreende-se que a designada Mariza Peterlini é agente delegada do Serviço Distrital de Paiquerê do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, que, nos termos do artigo 120, § 2º, do Código de Organização e Divisão Judiciárias, acumula as atribuições de registrador civil de pessoas naturais e as de tabelião de notas, pelo que restou atendido o requisito da especialidade, vez que detém uma das atribuições do serviço vacante (tabelionato de notas).

Assim é que inexistem irregularidades na designação da agente delegada Mariza Peterlini para responder, provisória e interinamente, pelo 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, porquanto é agente delegada com atuação no mesmo município e detém atribuição similar à exercida na unidade vaga, sendo certo, ainda, que a designação atende à necessidade de continuidade na prestação do serviço.

Nesse sentido, inclusive, é a orientação deste c. Conselho da Magistratura:

DESIGNAÇÃO. FORO EXTRAJUDICIAL. SERVIÇO DISTRITAL DE ATALAIA DO FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. VACÂNCIA DECORRENTE DA APOSENTADORIA DO ANTIGO AGENTE TITULAR. DESIGNAÇÃO DA AGENTE DELEGADA DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA. ESCRIVENTE SUBSTITUTA LEGAL EM



ATUAÇÃO QUE NÃO O ERA NA DATA DA DECLARAÇÃO DA VACÂNCIA. **DESIGNAÇÃO QUE DEVE RECAIR EM DELEGATÁRIO EM EXERCÍCIO NO MESMO MUNICÍPIO.** INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º DO PROVIMENTO Nº 77/2018-CNJ. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. PORTARIA REFERENDADA. (SEI nº 0060179-86.2021.8.16.6000, Relator Des. Espedito Reis do Amaral, julgado em 09.07.2021, grifos acrescidos)

DESIGNAÇÃO – SERVIÇO DISTRITAL DE MARIA HELENA DA COMARCA DE UMUARAMA – **VACÂNCIA EM RAZÃO DA RENÚNCIA DO ANTIGO TITULAR – DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL DE OUTRA SERVENTIA** – APLICAÇÃO DA NORMA CONTIDA NO ITEM 1.6.14, XVII, “b” DO CÓDIGO DE NORMAS - **PORTARIA REFERENDADA.** (SEI nº 0057514-05.2018.8.16.6000, Relator Des. Mário Helton Jorge, julgado em 09.11.2018, grifos acrescidos)

Por essas razões, VOTO no sentido de **referendar** a Portaria n. 111/2024, expedida pela Direção do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, que designou a Agente Delegada Mariza Peterlinipara responder, em caráter provisório, pelo 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, até seu regular provimento, nos termos da fundamentação.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, acordam os Desembargadores da Conselho da Magistratura do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ - Procedimento Administrativo, por unanimidade de votos, em **referendar** a Portaria n. 111/2024, expedida pela Direção do Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, que designou a Agente Delegada Mariza Peterlinipara responder, em caráter provisório, pelo 2º Tabelionato de Notas do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, até seu regular provimento.

O julgamento foi presidido pelo (a) Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen - Presidente Do Tribunal De Justiça, com voto, e dele participaram Desembargador Roberto Antonio Massaro - Corregedor-geral Da Justiça (relator), Desembargador Paulo Cezar Bellio, Desembargador Rui Portugal Bacellar Filho, Desembargador Octavio Campos Fischer, Desembargador Antonio Carlos Ribeiro Martins e Desembargadora Joeci Machado Camargo - 1ª Vice-presidente.

13 de dezembro de 2024

Des. ROBERTO MASSARO

Corregedor-Geral da Justiça

